

OS CONCEITOS DE “HELENIZAÇÃO” E DE
 “ROMANIZAÇÃO” E A CONSTRUÇÃO DE
 UMA ANTIGUIDADE CLÁSSICA¹

*Pedro Paulo A. Funari*²
*José Geraldo Costa Grillo*³

INTRODUÇÃO

As Ciências Humanas, de um modo geral, vêm passando, desde as últimas décadas do século XX, por um profundo e extenso processo de mudanças epistemológicas. As disciplinas das quais nos ocupamos, Arqueologia Clássica, História Antiga e História da Arte Antiga, têm sido fortemente impactadas por esse fenômeno, e, à parte suas particularidades e especificidades, compartilham de um denominador comum, que é a análise crítica das construções discursivas de seus saberes.

Nesse ato de escrutínio, tem-se tomado cada vez mais consciência de que tanto matrizes intelectuais da cultura ocidental — o nacionalismo, o imperialismo e o racismo —, como as escolhas teóricas, com seus aparatos conceituais, têm forjado uma compreensão do passado clássico, a saber, aquele da Grécia e da Roma antigas.

Tratando dos conceitos de “helenização” e de “romanização”, abordaremos a formação dessas ideias com a finalidade de mostrar como contribuíram para a construção de *uma* Antiguidade Clássica. Para isso, começamos com o conceito

1 Os autores agradecem ao apoio institucional de Unicamp, Unifesp, Fapesp, Capes e CNPq, bem como aos colegas Néri de Barros Almeida, Ana Nemi, Cláudio Umpierre Carlan, Margarida Maria de Carvalho, Marina Cavicchioli, André Chevitaresh, Gabriele Cornelli, Margarita Díaz-Andreu, Lourdes Feitosa, Renata Garraffoni, Richard Hingley, Siân Jones, Jonas Machado, Paulo Nogueira, José Remesal e Monica Selvatici. As ideias são de nossa inteira responsabilidade.

2 Professor de História Antiga da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

3 Professor de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

por trás de ambos os termos: a aculturação. Essa noção parte de uma ideia de assimilação, em direção a um todo harmônico e estável, homogêneo. Tais conceitos foram explicitados na Antropologia da década de 1930, mas remontam às realidades sociais do século XIX⁴. Derivam dos três pilares do Estado nacional: uma terra, um povo e um idioma (*ein Land, ein Volk, eine Sprache*)⁵. No entanto, houve uma consistente crítica a esses preceitos pelos movimentos sociais modernos, como os anarquistas, os comunistas, os socialistas, os sufragistas, os feministas, os ativistas dos direitos humanos e os libertários de diversos matizes. Contrariavam a homogeneidade e as dicotomias entre superior e inferior, civilizado e bárbaro, assim como o conceito de desvio⁶. Esses movimentos acabaram por influenciar a teoria social, que passou a considerar a sociedade como heterogênea e em conflito. Essa será a perspectiva adotada neste capítulo.

HELENIZAÇÃO

A ideia de “helenização”, isto é, a difusão da cultura grega no mundo antigo, sob Alexandre Magno e seus sucessores, está intimamente ligada ao historiador alemão Johann Gustav Droysen (1808-1884). De sua extensa obra, duas referem-se ao tema em pauta: a *História de Alexandre, o Grande* e a *História do Helenismo*, publicadas, respectivamente, em 1833 e 1836⁷.

Além de historiador, Droysen foi, também, um político com estreitos laços com a monarquia da Prússia, contexto a partir do qual sua obra foi concebida. Nos anos 1877-1878, ele reedita com revisões essas obras, integrando o estudo sobre Alexandre como o volume primeiro da *História do Helenismo*, que tratava, originalmente, apenas de seus sucessores. Nesse momento, um novo acon-

4 Cf. DÍAZ-ANDREU, M. *A World History of Nineteenth-Century Archaeology*. Oxford, Oxford University Press, 2007.

5 Cf. THIESSE, A.M. *La création des identités nationales, Europe XVIII^e-XX^e Siècles*. Paris, Éditions du Seuil, 2001; GROSBY, S. *Nationalism*. Oxford, Oxford University Press, 2005.

6 Cf. FUNARI, P.P.A.; JONES, S. e HALL, M. “Introduction: Archaeology in history”. In: FUNARI, P.P.A.; HALL, M. e JONES, S. (org.). *Historical Archaeology, Back from the edge*. Londres, Routledge, 1999, pp. 1-20.

7 Cf. DROYSEN, J.G. *Histoire de l'Hellénisme: Histoire d'Alexandre le Grand — Les successeurs d'Alexandre*. 2 vols. Paris, Robert Laffont, 2003.

tecimento, a formação do Estado Alemão, imprime novas cores ao quadro composto desses monarcas⁸. Para Droysen, “helenismo” (*Hellenismus*, em alemão) significava tanto um período com forte difusão da cultura grega, como a fusão dessa cultura com aquela do Oriente Próximo. Graças a Alexandre e seus sucessores, nasceu uma nova civilização, a Helenística, que impôs, pouco a pouco, o modelo cultural grego a todas as regiões conquistadas. O período helenístico foi de caráter formativo, no qual se verifica o estabelecimento de um Estado unitário, prefigurando, de certa maneira, o processo de reunificação da Alemanha de seus dias; situação que facilitava a aceitação da figura de Alexandre como inaugurador de uma nova era baseada em princípios culturais e políticos, que conduziram a um mundo civilizado.

Foi justamente sobre essa visão do império helenístico dotado de unidade e coerência que foi estabelecido o conceito de “helenização”. Demorou quase cem anos, desde a reedição da *História do Helenismo* para que os pressupostos dessa base fossem criticados. Arnaldo Momigliano foi um dos primeiros a alertar para os “limites da helenização”⁹. Interessado pela relação entre os gregos e os outros, investigou como se deu o contato entre os gregos e os celtas, judeus e iranianos, constatando que, de um espaço cultural para outro, as relações foram diferentes, variando tanto na intensidade quanto no impacto da presença grega.

Desde então, formou-se uma extensa historiografia sobre a helenização e temas correlatos como o da colonização, que questiona não só a base da concepção anterior como também seu substrato ideológico¹⁰. Dos novos modelos propostos, dois se destacam pela sua aceitação: o de *aculturação* e o de *interação*. No processo de aculturação, procura-se verificar o impacto da difusão

8 Cf. BOSWORTH, A.B. “Alexander the Great and the creating of the Hellenistic age”. In: BUGH, G.R. (org.). *The Cambridge companion to the Hellenistic world*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 9-27; ERSKINE, A. “Approaching to Hellenistic world”. In: ERSKINE, A. (org.). *A companion to the Hellenistic world*. Oxford, Blackwell, 2003, pp. 1-15.

9 MOMIGLIANO, A. *Alien wisdom: The limits of Hellenization*. Cambridge, Cambridge University Press, 1975.

10 TSETSKHLADZE, G.R. “Introduction: Revisiting ancient Greek colonization”. In: TSETSKHLADZE, G.R. (org.). *Greek colonization: An account of Greek colonies and others settlements overseas*, vol. I. (Mnemosyne, Suppl. 193.) Leiden, Brill, 2006, pp. xxiii-lxxxii.

cultural sobre os receptores e, em particular, como estes se conformam hierarquicamente aos difusores; e, no de interação, as trocas entre as culturas envolvidas.

No primeiro caso, Clara Gallini¹¹, focada na presença grega na Itália, argumenta que o impacto sofrido variou de um local para outro, como evidenciam os materiais arqueológicos encontrados; constatação que, segundo ela, exige ressalvas à ideia de helenização, para continuar um conceito operacional. No segundo, vários pesquisadores¹² têm notado que a área conquistada por Alexandre foi vasta e variada e sua diversidade contraria uma resposta uniforme, e que o período helenístico foi marcado por grandes interações culturais, bem como por coexistências, como em algumas cidades da Ásia Menor. Na mesma direção, Adolfo J. Domínguez¹³ estudou a cultura ibérica e sua interação com o mundo grego, interrogando-se como o conceito de helenização pode ser aplicado ao estudo dos materiais arqueológicos (esculturas, inscrições, cerâmicas, tumbas etc.). Sua conclusão é a de que somente as esculturas e as inscrições evidenciam ter havido intervenção grega direta e que, em outras esferas da cultura material, se os ibéricos absorveram elementos gregos, esses foram superficiais e adaptados a suas próprias crenças e modos de vida.

Como fica patente, boa parte dos estudos sobre a helenização acontece no contexto da colonização grega, e a questão das interações culturais tem evidenciado que essas trocas em várias partes do mundo antigo demonstram que o estabelecimento das colônias gregas foi um fenômeno complexo¹⁴. Nesse sentido, a pesquisa recente¹⁵ tem trazido à tona o substrato ideológico do conceito

11 GALLINI, C. "Che cosa intendere per ellenizzazione: Problemi di método". *Dialoghi di Archeologia*, 7, 1973, pp. 175-191.

12 Cf. ERSKINE, A. "Approaching to Hellenistic world". In: ERSKINE, A. (org.). *A companion to the Hellenistic world*. Oxford, Blackwell, 2003, pp. 1-15; FUNARI, P.P. *Grécia e Roma. Vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia. Amor e sexualidade*. São Paulo, Contexto, 2001.

13 DOMÍNGUEZ, A.J. "Hellenization in Iberia? The reception of Greek products and influences by the Iberians". In: TSETSKHLADZE, G.R. (org.). *Ancient Greeks west and east*. (Mnemosyne, Suppl. 196.) Leiden, Brill, 1999, pp. 301-329.

14 Cf. TSETSKHLADZE, G.R. "Introduction". In: TSETSKHLADZE, G.R. (org.). *Ancient Greeks west and east*. (Mnemosyne, Suppl. 196.) Leiden, Brill, 1999, pp. vii-xiii.

15 Cf. BOWERSOCK, G.W. *Hellenism in late Antiquity*. Ann Arbor, Michigan University Press, 1990; TSETSKHLADZE, G.R. "Introduction: Revisiting ancient Greek colonization".

de helenização e do processo de colonização. Alega-se que "helenização" é uma ideia moderna, no interior da qual se refletem formas contemporâneas de dominação cultural, e que "colonização", do mesmo modo, é um conceito baseado no exame e na interpretação da atividade imperial dos poderes europeus da época moderna e transferido forçosamente para a Grécia antiga.

Coloca-se, assim, em pauta um problema terminológico e conceitual, questionando se estes formam uma estrutura coerente e transparente para o estudo do mundo antigo. Entende-se que estudos de caráter comparativo podem ser feitos; porém, é preciso considerar que o colonialismo moderno não é um fenômeno simples e uniforme e que os vários modelos, com suas causas, motivos, processos e consequências, embora relativamente fáceis de detectar, não se prestam a uma esquematização geral.

ROMANIZAÇÃO

A romanização surgiu como parte do processo de constituição de um estado nacional alemão, no século XIX. O termo foi usado pela primeira vez em alemão, *Romanisierung*, em 1886, por Theodor Mommsen, em direta relação com a formação do Reich, pouco antes. O paralelo era claro entre a constituição de uma união aduaneira moderna (*Zollverein*), entre 1818 e 1866, e a República romana, assim como o Império era relacionado ao Reich. A experiência de uso do alemão como idioma culto, primeiro no âmbito germânico, com a imposição do *Hoch Deutsche*, serviu para entender a supremacia do latim na península itálica, assim como o predomínio do *Hoch Deutsch* na Europa Central (*Mitteleuropa*) serviu de modelo para compreender o papel do latim no vasto Império Romano do Ocidente. O conceito de "romanização" era, portanto, o correlato de "germanização" ou "ocidentalização" e foi logo adotado e adaptado por outros estados nacionais imperiais, como pelos ingleses, que encontraram a direta analogia com sua missão de conversão do mundo colonial aos *mores* [hábitos] ingleses. Foi o Estado nacional moderno e o seu imperialismo que servi-

In: TSETSKHLADZE, G.R. (org.). *Greek colonization: An account of Greek colonies and others settlements overseas*, vol. I. (Mnemosyne, Suppl. 193.) Leiden, Brill, 2006, pp. xxiii-lxxxii.

ram para a popularização acadêmica do conceito de romanização¹⁶. Os autores antigos serviram para confirmar a adoção passiva dos costumes romanos, como na famosa passagem do historiador latino Tácito, ao descrever os bretões ávidos por falar latim e usar a toga. Além disso, o conceito de romanização servia para combater outro conceito muito difundido, que propugnava serem os romanos meros imitadores dos gregos, na esteira de *Graecia capta-ferum victorem cepit* (“conquistada a Grécia, ela domou o rude vitorioso”), segundo Horácio (*Epistulae* 2,1). A romanização era um modo de dizer que um povo conquistador (como os alemães ou ingleses), ainda que devedor de povos mais antigos (como seriam os gregos e romanos, mas também os árabes ou indianos), podia assumir uma superioridade econômica, política e cultural. No século XX, os norte-americanos irão, da mesma forma e, em alguns casos, de forma explícita, equiparar a superioridade americana, que tudo conquista, à dos romanos, como o fez Ramsay MacMullen.

Nas últimas décadas, tudo isso foi criticado pelos movimentos sociais nas grandes potências e pelos colonizados, como parte do que ficou conhecido como críticas antinormativas e pós-coloniais. Conceitos como creolização, hibridismo e mestiçagem passaram a enfatizar a interação e a troca cultural constante. Passaram-se a explorar a heterogeneidade, as relações patriarcais¹⁷, as tradições orais¹⁸, a alimentação e o abastecimento¹⁹. Foram estudados e valorizados os aspectos múltiplos e contraditórios, como os soldados romanos que faziam parte de grupos étnicos, como a *legio batauorum*, “legião dos batavos”, ou personagens romanos como Flávio Josefo (judeu, de idioma grego e

16 Cf. PONS, L. “Quae sunt Caesaris, Caesari, et quae sunt Dei, Deo (Mt. 22, 21). El Imperio colonial francés en el Norte de África y la recogida de datos arqueológicos”, *Visions de l'Occident Romain*. Paris, De Boccard, 2012, pp. 308-320.

17 Cf. CLEMENTE, G. “Il patronato nei Collegia dell'Impero Romano”. *Studi Classici e Orientali*, 21, 1972, pp. 142-229.

18 Cf. LIVERANI, P. “Immagine, scrittura e oralità”. In: COLPO, I.; FAVARETTO, I. e GHEDINI, F. (a cura di). “Iconografia 2005. Immagini e immaginari dall'antichità classica al mondo moderno”. *Atti del Convegno Internazionale*. Veneza, 26-28 jan. 2005/Quasar, Roma, 2006, pp. 261-266.

19 Cf. REMESAL, J. “Producción y consume de vino y salazones en la España romana”. In: BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J.M. *Historia Económica de España en la Antigüedad*. Madri, 2011. pp. 193-231.

cidadão romano) ou Paulo de Tarso (judeu, de língua aramaica e grega, cristão e cidadão romano). O bilinguismo ou multilinguismo passou a figurar com destaque na observação do mundo romano. Os gregos no Império passaram a ser, muitas vezes, considerados como resistentes a Roma. Não havia mais uma conceito uniforme de ser romano²⁰, com ênfase no conceito de mesclar, como o fez Jane Webster:

The inadequacies of Romanization as a model for contact and culture change in the Roman provinces become increasingly apparent and this acculturative model should be discarded in favour of the concept of creolization... It is time to shift from elites, on whom so much work has focused, to other social categories: the urban poor, the rural poor, and that technically most invisible of social groups in the ancient world, the enslaved²¹.

As analogias com situações da nossa época generalizaram-se, como lembra Leyla Çaglar: “The argument that the research of Roman Creolization should be based on studies of the everyday material culture, which entails artefacts such as pots, clay pipes, recipes etc., shows some parallels with the way the emergence of Creole cultures in the Americas is studied”²².

Como defendemos em outro lugar²³, o foco no passado excluído faz parte de um esforço para aceitar a existência de visões não tradicionais de Roma antiga, o que pode ser útil para desafiar a historiografia tradicional e os modelos

20 Cf. DZINO, D. *Becoming Slav, becoming Croat, Identity transformations in Post-Roman and early Medieval Dalmatia*. Leiden, Brill, 2011, p. 60.

21 WEBSTER, J. “Creolizing the Roman provinces”. *American Journal of Archaeology*, 105, 2, pp. 209-225, 2001 (citação da p. 223). [“As inadequações da romanização como um modelo para o contato e a mudança cultural nas províncias romanas tornaram-se, de forma crescente, aparentes e esse modelo acumulativo deveria ser descartado, em favor do conceito de creolização... É hora de sair das elites, sobre as quais tanto esforço foi concentrado, para as outras categorias: os pobres urbanos e rurais e para os mais invisíveis no mundo antigo, os escravizados.”]

22 ÇAGLAR, L.R. “Romanisation or no romanisation, that is the question of socio-linguistic in the Roman Empire”. *Synergies Turquie*, 4, 2011, pp. 131-138 (citação da p. 136). [“O argumento que a pesquisa sobre a creolização romana deveria ser baseada nos estudos da cultura material cotidiana, que congrega artefatos como potes, cachimbos e receitas, entre outros, mostra alguns paralelos com a emergência das culturas creoulas das Américas.”]

23 GARRAFFONI, R.S. e FUNARI, P.P.A. “The uses of Roman heritage in Brazil: Traditional reception and new critical approaches”. *Heritage and Society*, 5, 1, 2012.

normativos de interpretação da sociedade hoje em dia. Tanto no presente, como no passado, como enfatiza Aloys Winterling, “não conceitos de unidade, mas de diferença são necessários”²⁴. O estudo dos grupos excluídos na Roma antiga, por meio de uma abordagem teórica crítica, contribui para pôr em questão as cosmovisões das elites, no passado e no presente, e favorece a busca de um engajamento social e político para que levemos em conta as histórias negligenciadas tanto hoje, quanto ontem²⁵. Diversidade, resistência e especificidades dos indígenas (ou locais) foram enfatizadas na nossa época e aplicadas ao estudo de Roma, como lembrava Attilio Mastino sobre a Sardenha:

Lisola ha mantenuto una forte tradizione indigenalegata alla civiltà dei nuraghi: civiltà evoluta ma analfabeta, almeno allo stato della documentazione attuale, per quanto non manchino le segnalazioni, fin qui non sufficientemente chiarite, di iscrizioni riferite genericamente ad età nuragica, con espressioni del sostrato paleosardo²⁶.

Influências de situação periféricas, como na América Latina, vão nessa direção analítica, com estudos sobre gênero²⁷, sexualidade²⁸, violência e resis-

24 WINTERLING, A. *Politics and Society in Ancient Rome*. Chichester, Wiley, 2009, p. 1.

25 Cf. SILVA, G.J. e FEITOSA, L.M.G.C. “O mundo antigo sob lentes contemporâneas”. In: FUNARI, P.P.A. e SILVA, M.A.O. (orgs.). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo, Annablume, 2009, pp. 209-250.

26 MASTINO, A. “Analfabetismo e resistenza: Geografia epigrafica della Sardegna”. In: CALBI, A.; DONATI, A. e POMA, G. (*a cura di*). “L’epigrafia del villaggio”, *Epigrafia e antichità*, 12. Faenza, Fratelli Lega Editori, 1993, pp. 457-536 (citação da p. 458). [“A ilha manteve uma forte tradição indígena ligada à civilização dos *nuraghi*: civilização evoluída, mas analfabeta, ao menos pelo estado da documentação atual, ainda que não falem indicações, até agora não muito claras, de inscrições referentes à idade nurágica, com expressões do substrato paleossardo.”]

27 Cf. FEITOSA, L.M.G.C. “Amor y sexualidad en el universo popular pompeyano”. *Revista Habis*, 35. Sevilla, 2004, pp. 285-290; CAVICCHIOLI, M.R. “The erotic collection of Pompeii: Archaeology, identity, and sexuality”. In: FUNARI, P.P.A.; GARRAFFONI, R. e LETALIEN, B. (orgs.). *New perspective on the ancient world. Modern perceptions, ancient representations*. Oxford, Archeopress, 2008, v. 1782, pp. 187-194; REIMER, H. “Dialogue and feminin: About two absences in Luke 15, 11-32”. In: DUNCKER, C. e KEITA, K. (orgs.). *Lieblingsfrauen der Bibel und der Welt*. Norderstedt, BOD, 2009, pp. 152-159.

28 Cf. GARRAFFONI, R.S. “Via del Lupanar em Pompéia: Contribuições da arqueologia para repensar política e sexualidade no mundo romano”. In: OLIVEIRA, T. (org.). *História e historiografia da educação nos clássicos: Estudos sobre Antiguidade e Medievo*. Dourados, UEMS, 2010, pp. 57-71.

tência²⁹, pobres e excluídos³⁰, escravidão³¹, de maneira a contribuir para uma ampliação significativa do papel da História Antiga para temas modernos e vice-versa³². O mesmo aplica-se a questões relativas a identidades e conflitos³³ e *parataxis*³⁴. Uma abordagem periférica tem sido, portanto, relevante³⁵.

29 Cf. GRILLO, J.G.C.; GARRAFFONI, R.S. e FUNARI, P.P.A. (orgs.). *Sexo e violência: Realidades antigas e questões contemporâneas*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2011.

30 Cf. FUNARI, P.P.A. “Graphic caricature and the ethos of ordinary people at Pompeii”. *European Journal of Archaeology*, vol. 1, nº 2, 1993, pp. 133-150; MAGALHÃES DE OLIVEIRA, J.C. “Vt maiores pagani non sint!”. *Pouvoir, iconoclasme et action populaire à Carthage au début du Ve siècle (saint Augustin, sermons 24, 279 et Morin 1)*, vol. 14, 2006, pp. 245-262.

31 Cf. JOLY, F.D. *A escravidão na Roma antiga: Política, economia e cultura*. São Paulo, Alameda, 2005.

32 Cf. CARVALHO, M.M. e FUNARI, P.P.A. “Os avanços da História Antiga no Brasil: Algumas ponderações”. *História*, 26, 1, 2007, pp. 14-19.

33 Cf. GUERRA, A.; SCHATTLNER, T.; FABIÃO, C. e ALMEIDA, R. “Novas investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a campanha de 2002”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6, 2, 2003, pp. 415-479; SELVATICI, M. “Ethnicity and ancient Judaism: Jewish identities in 1st century Alexandria and Antioch”. In: FUNARI, P.P.A.; GARRAFFONI, R. e LETALIEN, B. (orgs.). *New perspective on the ancient world. Modern perceptions, ancient representations*. Oxford, Archeopress, 2008, v. 1782, pp. 213-220; CHEVITARESE, A.L. e CORNELLI, G. “Religious syncretism in Mediterranean Hellenistic culture”. *Revista de Estudos sobre o Jesus Histórico e sua Recepção*, 2, 2009, pp. 1-10; MACHADO, C. “Roman aristocrats and the Christianization of Rome”. In: BROWN, P.R.L. e LIZZI TESTA, R. (orgs.). *Pagans and Christians in the Roman Empire: The breaking of a dialogue (IVth-VIth century A.D.)*. *Proceedings of the International Conference at the Monastery of Bose (20-22 ottobre 2008)*. (Christianity and History, 9). Münster, LIT Verlag, 2011, pp. 493-516; NOGUEIRA, P.; FUNARI, P.P.A. e COLLINS, J.J. (orgs.). *Identidades fluídas no judaísmo antigo e no cristianismo primitivo*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2010; CARLAN, C.U. “Coins and power in Rome: Political ideology in the 4th century”. In: HERNÁNDEZ DE LA FUENTE, David (org.). *News perspectives on Late Antiquity*, vol. 1. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 2011, pp. 150-157.

34 Cf. MARTINS, P. “Parataxe e imagens”. *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*, vols. 24-25, 2010, pp. 141-175.

35 Cf. GUARINELLO, N.L. “A Morphology of Ancient History from a tropical, half-European viewpoint”. In: FUNARI, P.P.A.; GARRAFFONI, R. e LETALIEN, B. (orgs.). *New perspective on the ancient world. Modern perceptions, ancient representations*. Oxford, Archeopress, 2008, v. 1782, pp. 1-248.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, procuramos mostrar como conceitos tão difundidos como helenização e romanização resultam de preocupações modernas. Gregos e latinos nunca conceberam tais conceitos e teriam ficado espantados se os conhecessem. Eles só adquirem sentido como criações modernas que procuram reproduzir, para entender os antigos, noções modernas de assimilação e adoção de valores de povos ocidentais conquistadores que pensaram, em termos positivos, na adoção de seus costumes e meios de conceber o mundo. A americanização constitui, em certo sentido, o mais acabado uso moderno dessa noção. Como lembrou Salvatore Settis, os estudos clássicos podem ser “um meio efetivo para acessar a multiplicidade de culturas no mundo moderno, ajudando a entender como essas culturas se interpenetram”³⁶. Ficaremos muito contentes se os leitores, após nossa breve análise, olharem com outros olhos os processos de interação cultural na Antiguidade, como ações complexas e que não se limitam à passagem de uma civilização inferior a outra superior.

36 SETTIS, S. *The future of the “classical”*. Cambridge, Polity Press, 2006, p. 110.

RELATOS APOLOGÉTICOS DE FUNDAÇÃO:
UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA NACIONALISTA
PARA A AMÉRICA LATINA

Carla Brandalise¹

Na reflexão que deu origem à já clássica obra *Les usages politiques du passé*, publicada em 2001, os organizadores François Hartog e Jacques Revel, ao afirmarem que todo o discurso histórico é susceptível de permear certa utilização política, apontam alguns casos em que tal procedimento tem especial lugar. Citam justamente o dos Estados nacionais em busca de legitimação através da reformulação de seu passado²: “O alcance tanto historiográfico quanto público da deformação da história por motivos nacionais: a necessidade, por exemplo, de construir uma imagem da nação que seja coerente, gratificante, enraizada [...] voltada ao futuro [...] a partir da mobilização de recursos oferecidos pelo passado”³.

Essa perspectiva epistemológica e metodológica — os usos políticos do passado — se aplica muito bem na análise da narrativa histórica que a Itália produz na época do fascismo a propósito de sua ligação com a América Latina, em especial, nos anos de 1920. Aproveitando, inclusive, a produção italiana do passado liberal e de finais do século XIX, fazem-se uma reelaboração e uma recontextualização discursiva na forma de um elenco cognitivo. Proposição essa que se encaixa como instrumento mítico-simbólico de natural integração através de um passado idealizado, muitas vezes fictício como uma miragem.

1 Professora de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2 “Certos gêneros têm, mais do que outros, mobilizado um ou vários desses usos, e eles nos dão os exemplos mais visíveis. A história nacional é, por excelência, um deles.” HARTOG, François e REVEL, Jacques. “Notes de conjuncture historiographique”, *Les usages politiques du passé*. Paris, Éditions de l'EHESS, 2001, p. 14.

3 Idem, p. 9.